

# AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA APAEB NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA - BRASIL

*Edinusia Moreira C. Santos\**

**RESUMO** — *Esse artigo aborda a atuação da APAEB na Região Sisaleira da Bahia. O foco principal é a atuação desse agente de produção do espaço geográfico para o desenvolvimento regional.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Desenvolvimento, região, APAEB, agente, associação.*

## INTRODUÇÃO

A Região Sisaleira da Bahia (figura 01) é comumente apresentada como região problema, seja em função das secas, dos mutilados do sisal ou da pouca dinamicidade da lavoura sisaleira. No entanto, essa mesma região começou a aparecer na grande mídia, principalmente a partir de 1997, como espaço onde estavam sendo desenvolvidas atividades diferenciadas para enfrentar os problemas regionais. Nesta perspectiva, esse texto analisa a influência da ação da APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira) para enfrentar esses problemas regionais, principalmente as ações voltadas para a dinamização da lavoura do sisal.

O sisal não é uma espécie nativa, mas se adaptou muito bem às condições edafoclimáticas do semiárido baiano, onde foi introduzido em 1910 e passou a ser explorado comercialmente a partir de 1940, com a implantação de uma usina de beneficiamento em Valente (PINTO, 1969). A partir daí, a importância econômica do sisal aumentou, fazendo surgir novos municípios e estruturando o que atualmente chamamos de Região Sisaleira.

Segundo a CAR (1994), nos municípios que constituem a Região Sisaleira, o sisal apresenta grande importância, tanto

---

\* Doutora em Geografia – Universidade Federal de Sergipe. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia – Brasil. E-Mail: nusiafs@hotmail.com.

na formação do valor bruto da produção agropecuária quanto na ocupação de mão de obra.

A Região Sisaleira apresenta uma economia de baixa dinamicidade com reduzido grau de diversificação na sua estrutura produtiva. Predomina a exploração do sisal a nível de atividade agrícola, da indústria extrativa vegetal e do comércio atacadista, conformando uma base produtiva de poucos produtos, o que a coloca em posição bastante vulnerável à queda de preços e de consumo nos mercados extra-regionais, decorrentes de seus substitutos e da redução da demanda por parte de setores em que participa como matéria – prima (ibid., p.11).

A leitura realizada pelo Governo do Estado da Bahia com relação à Região Sisaleira é oposta àquela realizada pela APAEB. Essa diferença de leitura pode ser relacionada diretamente à concepção elaborada por cada um desses agentes: enquanto o Governo do Estado da Bahia concebe a Região Sisaleira como uma região deprimida, que necessita ser modernizada/desenvolvida, através da introdução de elementos exógenos, a APAEB concebe a Região Sisaleira como uma região com grande potencial, que necessita da valorização de seus produtos para a sua modernização e desenvolvimento, utilizando assim elementos endógenos.

Na perspectiva estatal a região se estrutura baseada, exclusivamente, na gestão de uma infra-estrutura voltada para produzir sisal destinado à exportação. Esse aspecto, ao mesmo tempo em que produz a riqueza de uma pequena elite, produz também a pauperização do trabalhador e a vulnerabilidade regional aos condicionantes do mercado extra regional. Essa forma de estruturação favoreceu a gestão da fase de apogeu da cultura, na década de 1970, a ponto de a planta ficar conhecida como o ouro verde do sertão.

A lavoura sisaleira tornou-se a referência econômica da região. No entanto, a produção era estruturada com características peculiares como:



Comparando esses aspectos com o atual processo produtivo, verifica-se significativa mudança impulsionada principalmente pela ação da APAEB, através da elevação do preço pago aos produtores e da melhor utilização de tecnologia no processo de beneficiamento do sisal, além da diversificação dos produtos resultantes do beneficiamento da planta.

A configuração do quadro regional, baseado na superexploração do trabalho e na maximização dos lucros dos comerciantes do sisal, é o resultado de como o produto base é beneficiado, ou seja, o sisal não é comercializado in natura, mas sim a partir do desfibramento (efetuado no campo - 1º beneficiamento) e do beneficiamento realizado nas empresas conhecidas bateadeiras. Isso provoca uma articulação desigual entre a região produtora e a compradora, favorecendo a atuação dos atravessadores.

Na década de 1980, os preços e a demanda no mercado externo caíram bastante, o que provocou uma diminuição do número de sisalais e impulsionou um processo migratório para os grandes centros estaduais e nacionais.

Atualmente, a produção continua e a valorização dessa lavoura, enquanto geradora de emprego, garante a manutenção do discurso estatal, segundo o qual a atividade sisaleira recebeu o título de “frente natural de serviço”, em razão de ser a responsável pelo emprego de 100 a 150 mil trabalhadores; porém, o discurso estatal não ressalta que mais de 95% desses trabalhadores possuem condições miseráveis de vida, pois mesmo colocando toda a família para trabalhar (inclusive os filhos menores), um chefe de família que trabalha no campo de sisal não chega a ganhar um salário mínimo mensal.

Nesse contexto, a Região Sisaleira se insere na grande mancha de área atrasada, principalmente no que se refere ao uso de tecnologia e relações de trabalho. Para se entender como foi sendo constituído esse mar de atraso, é preciso frisar que a maioria das áreas que constituem essa região é sustentada por uma monocultura que, quando declina, toda a área declina junto.

É a partir dessa perspectiva que surge a possibilidade de a APAEB figurar como agente promotor do desenvolvimento, podendo alterar, também a feição regional. Essa alteração pode ser analisada entendendo-se algumas características das atividades

produtivas, que geram reflexos diretos na organização espacial e na melhoria das condições de vida dos sujeitos envolvidos. O próprio governo estadual, segundo a CAR (1995), define como relevantes, para uma análise consistente da situação regional, as seguintes características:

- descontinuidade da produção;
- estrutura fundiária concentradora de terras;
- manejo inadequado dos solos e das águas;
- baixo rendimento físico;
- inadequação de manejo de pecuária;
- baixa renda gerada pelas atividades;
- baixo nível de investimento;
- sistema de comercialização inadequado;
- baixo nível de adoção de tecnologia;
- qualidade das exportações incompatíveis com as tecnologias disponíveis; e
- intervenções governamentais marcadas pela existência de muitos programas e poucas transformações propiciadas por eles, ao longo do tempo.

Percebe-se que essas características possuem íntima relação e são responsáveis pela manutenção de uma ordem há muito estabelecida. A exploração de pessoas, enquanto mão de obra barata, é também traço característico até mesmo nas denominadas "ilhas de modernidade da Bahia", que passam a modificar algumas das características supracitadas, como por exemplo, a adoção de alto nível de tecnologia, com grandes investimentos, a exemplo da agricultura irrigada do eixo Juazeiro-Petrolina. Mesmo assim, traços pre-estabelecidos continuam, pois, na maioria das vezes, as modificações são apenas para garantir uma maior exploração dos recursos, para que sejam drenados para outras regiões, ou seja, reverte-se muito pouco para o espaço utilizado como base produtiva.

No caso da Região Sisaleira, essas características podem ser identificadas claramente e são, muitas vezes, responsáveis pela dificuldade de desenvolvimento regional e/ou pelas dificuldades que a lavoura sisaleira tem enfrentado.

O trabalho da APAEB tem proporcionado transformações em muitas das características apontadas pela CAR como problemáticas para o semiárido e, por consequência, para a Região Sisaleira, como demonstrado no quadro 01.

Percebe-se, pela análise do quadro 01, que até existem programas direcionados para a Região Sisaleira, no entanto, o diferencial entre as ações do Governo do Estado da Bahia e as ações da APAEB está justamente na base, ou melhor, na forma como essa região é concebida. Enquanto a APAEB, que concebe a região valorizando as potencialidades, trabalha com a convivência com o semiárido, o Governo do Estado, que a concebe como uma região deprimida e problemática, continua a desenvolver ações no sentido de combater a seca.

Outro exemplo que ratifica a diferença entre as ações desses dois agentes é a forma de valorização dos elementos regionais no que se refere às atividades produtivas. Enquanto a APAEB busca agregar valor aos produtos regionais e incentivar as iniciativas que surgem na região, o Governo do Estado continua a incentivar e atrair indústrias, como por exemplo a indústria de calçados Via Uno, com filiais nos municípios de Valente, Conceição do Coité e Serrinha, que não tem relação com a vocação regional, gerando empregos com salários abaixo da média nacional.

## **A APAEB E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Durante muito tempo e com seu auge na década de 1960, o discurso sobre o desenvolvimento, no Brasil, pautava-se no crescimento econômico, ou seja, defendia-se que para se alcançar o desenvolvimento de uma região, era preciso que ocorresse o crescimento de sua base econômica e todos os demais ramos cresceriam naturalmente acompanhando-o. Nessa perspectiva, os elementos ou investimentos externos à região é que eram apontados como os responsáveis pelo desenvolvimento regional e eram direcionados para um único setor, como o industrial, buscando assim um desenvolvimento exógeno, que “desprezava” as potencialidades e elementos regionais. Essa

concepção, como já se afirmou anteriormente, inspirava as ações do Governo do Estado da Bahia entre os anos de 1991 até 2006, que desprezava o potencial dos produtos regionais, atraindo elementos exógenos para a região.

## QUADRO 01

COMPARAÇÃO ENTRE A AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA E A AÇÃO DA APAEB COM VISTAS A SOLUCIONAR OS PROBLEMAS DA REGIÃO SISALEIRA – 2006.

PROBLEMAS	AÇÃO DA APAEB	AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Descontinuidade da produção;	Atividades produtivas variadas	Busca de modernização das atividades através de agentes externos (Programa de Recuperação com Modernização e Diversificação do Pólo Sisaleiro)
Estrutura fundiária concentradora de terras;	Aumento da renda dos pequenos produtores rurais	Nenhum Programa Específico
Manejo inadequado dos solos e das águas;	Assistência técnica ao trabalhador; ação educativa de conscientização do produtor rural	Nenhum Programa Específico
Baixo rendimento físico;	Utilização de culturas adaptadas às condições regionais	Nenhum Programa Específico
Inadequação de manejo de pecuária;	Incentivo à caprinocultura	Programa de apoio à Ovinocaprinocultura – Cabra Forte
Baixa renda gerada pelas atividades	Elevação dos preços dos produtos regionais	Implantação de casas de farinha comunitárias
Baixo nível de investimento;	Investimentos na região através de projetos produtivos	Atração de indústrias
Sistema de comercialização inadequado;	Os agricultores enquanto grupo, passam a ser sujeito da comercialização	Nenhum Programa Específico
Baixo nível de adoção de tecnologia;	Utilização de tecnologias compatíveis com os elementos regionais	Implantação do Pólo Tecnológico do Sisal
Qualidade das exportações incompatíveis com as tecnologias disponíveis; e	Busca de produção de mercadorias de qualidade e competitivas	Nenhum Programa Específico
Intervenções governamentais marcadas pela existência de muitos programas e poucas transformações propiciadas por eles ao longo do tempo	Ações independentes do trabalho estatal e ajuda a sociedade para fiscalização dessa intervenção através da informação	Programa Sertão Forte

Fonte: [www.seagri.ba.gov.br](http://www.seagri.ba.gov.br).  
Relatórios Anuais da APAEB, 1990-2005.

Exemplo significativo dessa concepção é a implantação da Indústria de Calçados VIA UNO, no município de Valente, que não possui nenhuma relação com a vocação municipal ou regional, nem com a matéria-prima, nem com a infraestrutura para escoamento da produção, nem possui um mercado consumidor regional que justifique sua implantação. Na verdade, constitui-se, apenas em mais uma ação estatal, que atrai indústrias para a geração de empregos, em regiões paupérrimas, com salários bem abaixo da média nacional e que acaba figurando como importante estratégia política, apresentada como o Programa de Interiorização das Indústrias. Assim, é preciso ressaltar que a “(...) *redução do conceito de desenvolvimento ao desenvolvimento econômico, expresso através do crescimento econômico (por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB) e da modernização tecnológica, já foi diversas vezes criticado*” (SOUZA, 1996, p. 6-7).

A fragilidade ou a incapacidade dessa explicação economicista pode ser percebida, inclusive, a partir da análise dos complexos industriais instalados na Bahia, apoiados na concepção de pólo de crescimento de F. Perroux, a exemplo do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) que conseguiu apenas o crescimento econômico do setor industrial. Foi justamente a partir das várias experiências negativas, pautadas em princípios economicistas, que se tornou cada vez mais aceitável que:

(...) a erradicação da pobreza não depende apenas de altas taxas de crescimento e do progresso técnico, assim como também se tornou claro que alcançar determinados níveis de renda por parte de grupos-alvo bem delimitados (enfoque “redistribuição de crescimento”), ou, ainda mais concretamente, a satisfação de necessidades básicas, representaria o verdadeiro objetivo a ser perseguido por uma política de desenvolvimento. Crescimento e modernização, se não forem acompanhados por distribuição de riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito (ibid, p. 7-8).

Com a percepção das limitações da visão economicista, retomam-se, principalmente a partir da década de 1970, concepções que implícita ou explicitamente substituem o conceito economicista de desenvolvimento ou lhe acrescentam uma abordagem mais abrangente, que considera os aspectos sociais. É preciso entender que:

Um conceito de desenvolvimento livre do ranço etnocêntrico, precisa acentuar a idéia de que cada povo, cada grupo social, deve possuir a autonomia necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais (ibid, p. 9).

Em conformidade com o autor citado, o desenvolvimento precisa ser um processo buscado pelos grupos da região, em função de seus anseios, utilizando os recursos e potencialidades regionais, e não em função de determinações externas. É necessário que esses grupos possuam autonomia para decidir como e se vai ser buscado o desenvolvimento. Tentando-se identificar, tanto de forma implícita quanto explícita, essa ideia de autonomia nas concepções de desenvolvimento regional exógeno e endógeno, percebe-se que é no desenvolvimento endógeno que a ideia de autonomia é utilizada como um dos seus pilares fundamentais; enquanto o desenvolvimento pautado no viés economicista (mencionado anteriormente), que geralmente era induzido com a atração de elementos exógenos à região, desconsidera a questão da autonomia e anseios verdadeiramente regionais.

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma sociedade que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social (ibid, 1996, p. 5).

Para além da visão economicista de desenvolvimento, a concepção de Souza (1996) apresenta elementos que ampliam os aspectos envolvidos nesse processo. Numa perspectiva próxima, Boisier (1996) considera que a análise dessa temática deve adotar a idéia de que desenvolvimento significa: “(...) *um proceso localizado de cambio social sostenido que tiene como finalidad última el progreso permanente de la **región**, de la **comunidad regional** como um todo y de **cada individuo** en ella*” (p. 33-35).

Essa concepção de desenvolvimento já trabalha abertamente com as questões sociais, ressaltando que a ideia de progresso mencionada não é sinônimo de crescimento econômico, mas de melhoria qualitativa das condições de vida. No entanto, para alcançar esse desenvolvimento, alguns princípios são apontados como característicos do processo, para que o desenvolvimento ocorra de forma autêntica:

- i) Un creciente proceso de autonomia regional de decisión, que significa capacidades regionales cada vez mayores para definir su próprio estilo de desarrollo y para usar instrumentos de política congruentes com tal decisión.
- ii) Una creciente capacidad regional para apropiar parte del excedente económico allí generado a fin de reinvertirlo en la propia región y así, diversificar su base económica y conferir sustentabilidad de largo plazo a su crecimiento.
- iii) Un creciente movimiento de inclusión social, concepto que denota simultáneamente, una mejoría sistemática en la repartición del ingreso regional entre las personas y una permanente posibilidad de participación de la población en las decisiones de competencia de la región.
- iv) Un creciente proceso de concientización y movilización social en torno de la protección ambiental y del manejo racional de los recursos naturales de la región.
- v) una creciente autopercepción colectiva de “pertenencia” regional, es decir, de identificación de la población con su región (BOISIER, 1996, p. 35).

Dessa forma, podemos perceber que o processo desencadeado para o desenvolvimento de uma região é algo complexo e que necessita de tempo e de organização para ser estruturado. A percepção desse processo requer que se analise, como sugere Boisier (1996), se o agente propulsor é capaz de promover um processo de construção da autonomia regional, de apropriação de parte do excedente econômico gerado regionalmente, de inclusão social; de conscientização e mobilização social para a proteção ambiental e, finalmente, a autopercepção coletiva de pertencimento regional.

A APAEB tem o objetivo explícito de “[...] *promover o desenvolvimento social e econômico da região sisaleira buscando a elevação da qualidade de vida de sua população*” (APAEB, 2000b, p. 01), pois essa é finalidade definida pelo Novo Estatuto Social.

Isso demonstra que o direcionamento das atividades dessa associação já se orienta para uma promoção do desenvolvimento regional. É importante salientar que essa finalidade não estava explícita no Estatuto de 1993. Isso pode ser explicado pelo amplo crescimento das atividades que deram certo e que culminaram na transformação da associação dos pequenos agricultores para Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, de acordo com o estatuto de 2005.

Fundada em 1993 a APAEB-Valente, tem organizado os produtores rurais, nesses 15 anos de sua existência, em busca de promoção e inclusão social, através de ações como a elevação de renda, desenvolvimento da autonomia, a percepção do pertencimento regional, a escolarização, a dinamização das atividades produtivas, além de preservação ambiental e educação para a cidadania.

Logo, podemos afirmar que uma associação, entidade da sociedade civil organizada, age e influencia no desenvolvimento regional, ampliando as possibilidades de que novos agentes participem da tomada de decisão sobre os rumos de uma dada região.

## CONSIDERAR É PRECISO

A modificação de espaços, caracterizados pela desigualdade há muito estabelecida, é um processo muito difícil e lento. Falando especificamente em termos de desenvolvimento, a Região Sisaleira possui elementos estruturais que travam esse processo, dentre eles a própria estruturação em função de interesses de uma demanda externa e de uma política marcada pela valorização, somente, da concepção dos líderes dominantes. É claro que essas características não são exclusivas dessa região, mas aí elas se encontram arraigadas como se fossem partes integrantes e indispensáveis da reprodução social.

*“No semi-árido, cidadania e convivência com a seca são quase sinônimos. Porque é devido às difíceis condições de sobrevivência na região que a pobreza campeia e os poderosos aproveitam para negar e desrespeitar os direitos dos pobres”* (APAEB, 2001, p. 31). É justamente em função da percepção dessa situação que as atividades impulsionadas pela APAEB buscam desenvolver a autonomia dos pequenos agricultores e da população regional, para que eles não fiquem à margem do processo de desenvolvimento.

Dessa forma, percebe-se que a APAEB figura como um importante agente na promoção do desenvolvimento regional, a partir da utilização de elementos regionais e da difusão de concepções que vislumbram o desenvolvimento de forma integrada. O foco é também para os diversos aspectos da vida social e não apenas para os aspectos econômicos.

## AUTONOMY AND REGIONAL DEVELOPMENT: THE CASE OF APAEB IN THE SISAL REGION FROM BAHIA - BRAZIL

**ABSTRACT** — *This article approaches the performance of the Association of Small Farmers from the Municipality of Valente (APAEB) in the Sisal Region of Bahia. The main focus is the role of this production agent of the geographical space for the regional development.*

**KEYS WORD:** *Development, region, APAEB, agent, association.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAEB. Relatório Anual-99. Valente: APAEB, 2000a.

APAEB. Estatuto Social. Valente: APAEB, 2000b.

APAEB. Relatório Anual-2001. Valente: APAEB, 2002a.

APAEB. Alguns números da contribuição da APAEB para o desenvolvimento regional em 2002. Folheto Informativo. Valente: APAEB, 2002b.

BOISIER, S. Modernidad y Territorio. In: Cuadernos del Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, nº 42. Santiago do Chile: ILPES, 1996.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira. Salvador: CAR, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). A Agropecuária no Semi-Árido Baiano. Salvador: CAR, 1995.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS - Nordeste da Bahia. Salvador: CAR, 1999.

FONSECA, M. da. Descantralização e Estratégias Institucionais dos Municípios para a captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia – 1997/2003. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. (Tese de Doutorado)

JORNAL FOLHA DO SISAL [Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente]. Valente. n. 72, out, 2001.

PINTO, M. N. Contribuição ao Estudo da Influência da Lavoura Especulativa do Sisal no Estado da Bahia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: AGB, n. 31(3), jul-set. 1969.p. 3-102.

SILVA, O. A. da. A Geografia e a Imagem do Nordeste Brasileiro: Construção ou Desconstrução no Espaço Escolar? Feira de Santana: UEFS, 1999. (Monografia de Especialização).

SOUZA, M. J. L. de. Urbanização e Desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Ática, 1996.

## **INTERNET**

[www.apaeb.com.br](http://www.apaeb.com.br)

[www.seagri.ba.gov.br](http://www.seagri.ba.gov.br)